Processo n° 777/2018

(Autos de recurso penal)

ACORDAM NO TRIBUNAL DE SEGUNDA INSTÂNCIA DA RAEM.:

Relatório:

1. A Recorrente, **A**, com os restantes sinais dos autos e ora presa no Estabelecimento Prisional de Coloane (E.P.C.), vem recorrer da decisão que lhe negou a concessão de liberdade condicional, motivando para, a final, concluir, imputando à decisão recorrida o vício de violação do disposto no art. 56º do CPM (cfr. fls. 97 a 121, cujo teor se dá por reproduzido aqui para todos os legais efeitos).

*

Em resposta, pugna o Exmo. Magistrado do Ministério Público no sentido da procedência do recurso (fls. 129 a 129v) 【檢察官建議裁定上訴理由成立】.

*

Em sede de vista, juntou o Ilustre delegado do MP o douto Parecer pugnando também no sentido da procedência do recurso (fls. 136 a 137) 【駐中級法院檢察官亦建議裁定上訴理由成立】.

*

Corridos os vistos legais dos Mmos Juízes-Adjuntos, e nada obstando, vieram os autos à conferência.

*

Passa-se a decidir.

* * *

Fundamentação:

Dos factos:

2. Flui dos autos a factualidade seguinte (com relevo para a decisão a proferir):

於 2016 年 7 月 22 日，在第三刑事法庭合議庭普通刑事案第 CR3-16-0060-PCC 號卷宗內，被判刑人 A 因觸犯一項第 17/2009 號法律第 11 條第 1 款所規定及處罰的「較輕的生產及販賣罪」，被判處 1 年 6 個月徒刑，以及一項同一法律第 15 條所規定及處罰的「不過當持有器具及設備罪」，被判處 2 個月實際徒刑；兩罪並罪，**合共被判處 1 年 7 個月實際徒刑**（見徒刑執行卷宗第 4 頁至第 24 頁背頁）。相關裁決於 2016 年 9 月 12 日轉為確定（見徒刑執行卷宗第 3 頁）。

*

被判刑人 A 於 2015 年 4 月 16 日至 17 日被拘留 2 日，隨後於 2017 年 6 月 24 日至 26 日被拘留 3 天，並於 2017 年 6 月 26 日被移送澳門路環監獄。其刑期將於 2019 年 1 月 22 日屆滿，並將於 **2018 年 7 月 12 日服滿申請假釋所取決的刑期**（見徒刑執行卷宗第 25 頁）。

被判刑人尚未繳付被判卷宗的訴訟費用（見卷宗第 35 頁）。

根據檢察院提供的資料，被判刑人尚有一宗編號為 6858/2017 的卷宗待決中（見卷宗第 41 頁）。

*

被判刑人為初犯，屬首次入獄，作出犯罪行為時年約 41 歲。

被判刑人現年 46 歲，在泰國出生，其父母已分別於 2013 及 2016 年因病逝世，

尚有一兄長與配偶在泰國生活。被判刑人自小與家人同住，直至 18 歲時透過中介公司才出外工作，後於 1994 年與丈夫在香港結婚，婚後育有一子，現年 21 歲，正升讀大學二年級；與丈夫的婚姻維持了三年後離婚，約於 10 年前結識一名英籍男士，現年約 79 歲，兩人在其入獄前一同生活和居住，關靜良好。

被判刑人完成初中課程後輟學，於 18 歲時經中介公司協助，到日本參與女優的拍攝工作近三年，其後因身體不適回到泰國；後來，在中介公司介紹下到香港從事陪酒女郎，直至其 22 歲結婚，婚後一直當家庭主婦約 3 年便與丈夫離婚，隨後再次從事陪酒女郎工作。另外，入獄前結識一名英籍人士同居，該名男士每月給予其港幣 25,000 元。

被判刑人於 2017 年 6 月 26 日被移送監獄服刑至今 1 年多。

根據被判刑人在監獄的紀錄，被判刑人屬信任類，監獄對被判刑人在服刑期間行為的總評價為“良”，沒有任何違規行為。

被判刑人在獄中並無參與任何學習課程，其於 2018 年 1 月 29 日申請職訓，現正輪候中，在餘暇時會讀報，以及參與各類講座及工作坊。

被判刑人自小與家人關係良好，但由於家人在泰國路途遙遠，服刑期間的主要探訪者是居於香港的英籍男友，另外，被判刑人與家人之間的聯繫方式是寫信及通電話，而家人亦會寄上一些生活用品，以表示支持和關懷。

被判刑人計劃獲釋後，將與上指的英籍男友一同居住，其相信自己的能力可以應付，且家庭經濟可以依靠男友支持，經濟不成問題。

本法庭亦根據《刑事訴訟法典》第 468 條第 2 款的規定，聽取了被判刑人就是次假釋事宜發表的意見，被判刑人透過信件作出聲明（見卷宗第 37 頁至第 38 頁），其表示自知犯錯，並為其罪行而誠心懺悔，在服刑期間十分掛念在港的男友及兒子，懇請法官給予假釋的機會，讓其回港照顧年事已高的男友。

Do direito:

3. Insurge-se a ora recorrente contra a decisão que lhe negou a concessão de liberdade condicional, afirmando, em síntese, que se devia considerar que reunidos estão todos os pressupostos do art. 56º do C.P.M. para que tal libertação antecipada lhe fosse concedida.

Vejamos.

— Preceitua o citado art. 56º do C.P.M. (que regula os “Pressupostos e duração” da liberdade condicional) que:

“1. O tribunal coloca o condenado a pena de prisão em liberdade condicional quando se encontrarem cumpridos dois terços da pena e no mínimo 6 meses, se:

a) For fundadamente de esperar, atentas as circunstâncias do caso, a vida anterior do agente, a sua personalidade e a evolução desta durante a execução da prisão, que o condenado, uma vez em liberdade, conduzirá a sua vida de modo socialmente responsável, sem cometer crimes; e

b) A libertação se revelar compatível com a defesa da ordem jurídica e da paz social.

2. A liberdade condicional tem duração igual ao tempo de prisão que falte cumprir, mas nunca superior a 5 anos.

3. A aplicação da liberdade condicional depende do consentimento do condenado”; (sub. nosso).

Constituem, assim, “pressupostos objectivos” ou “formais”, a condenação em pena de prisão superior a seis (6) meses e o cumprimento de dois terços da pena, num mínimo de (também) seis (6) meses; (cfr. n.º 1).

“In casu”, atenta a pena que ao recorrente foi fixada, e visto que se encontra cumprir a pena condenada desde 26.07.2017, expiados estão já dois terços de tal pena, pelo que preenchidos estão os ditos pressupostos formais.

A condenada cumprirá a pena total em 22/01/2019.

Todavia, e como é sabido, tal “circunstancialismo” não basta, já que não sendo a liberdade condicional uma medida de concessão automática, impõe-se para a sua concessão, a verificação cumulativa de outros pressupostos de natureza “material”: os previstos nas alíneas a) e b) do n.º 1 do referido art. 56º.

Com efeito, importa ter em conta que a liberdade condicional não é uma “medida de clemência”, constituindo uma medida que faz parte do normal desenvolver da execução da pena de prisão, manifestando-se como uma forma de individualização da pena no fito de ressocialização, pois que serve um objectivo bem definido: o de criar um período de transição entre a prisão e a liberdade, durante o qual o delinquente possa, equilibradamente, recobrar o sentido de orientação social fatalmente enfraquecido por efeito da reclusão; (cfr., v.g., J. L. Morais Rocha e A. C. Sá Gomes in “Entre a Reclusão e a Liberdade – Estudos Penitenciários”, Vol. I, em concreto, “Algumas notas sobre o direito penitenciário”, IV cap., pág. 41 e segs.).

Na esteira do repetidamente decidido nesta Instância, a liberdade condicional “é de conceder caso a caso, dependendo da análise da personalidade do recluso e de um juízo de prognose fortemente indiciador de que o mesmo vai reinserir-se na sociedade e ter uma vida em sintonia com as regras de convivência normal, devendo também constituir óbviamente matéria de ponderação, a defesa da ordem jurídica e da paz social”; (cfr., v.g., os recentes

Acs. deste T.S.I. de 22.03.2018, Proc. n.º 205/2018, de 19.04.2018, Proc. n.º 272/2018 e de 10.05.2018, Proc. n.º 338/2018, podendo-se também sobre o tema ver o Ac. da Rel. de Coimbra de 24.01.2018, Proc. n.º 540/16).

Assim, detenhamo-nos na apreciação de tais pressupostos de natureza material.

Ponderando na factualidade atrás retratada, poder-se-á dizer que é fundadamente de esperar, atentas as circunstâncias do caso, a vida anterior do agente, a sua personalidade e a evolução desta durante a execução da prisão, que o condenado, uma vez em liberdade, conduzirá a sua vida de modo socialmente responsável, sem cometer crimes, mostrando-se a pretendida liberdade condicional compatível com a defesa da ordem jurídica e paz social?

Tendo presente o que se deixou consignado, e ponderando nos contornos da situação em questão, cremos que de sentido positivo deve ser a resposta.

Com efeito, o ora recorrente era primário antes da condenação na pena que cumpre, tem demonstrado arrependimento pela sua conduta, reconhecendo o seu desvalor, – v.d., v.g., as várias cartas juntas aos autos e o parecer da técnica de serviço social – em reclusão tem tido um “bom comportamento prisional”, participando em actividades ocupacionais – vd., Parecer do Director do E.P.C. – possuindo também vontade e apoio da família para levar uma “vida nova”.

São considerados também os seguintes elementos :

根據被判刑人在監獄的紀錄，被判刑人屬信任類，監獄對被判刑人在服刑期間行為的總評價為“良”，沒有任何違規行為。

被判刑人在獄中並無參與任何學習課程，其於 2018 年 1 月 29 日申請職訓，

現正輪候中，在餘暇時會讀報，以及參與各類講座及工作坊。

被判刑人自小與家人關係良好，但由於家人在泰國路途遙遠，服刑期間的主要探訪者是居於香港的英籍男友，另外，被判刑人與家人之間的聯繫方式是寫信及通電話，而家人亦會寄上一些生活用品，以表示支持和關懷。

被判刑人計劃獲釋後，將與上指的英籍男友一同居住，其相信自己的能力可以應付，且家庭經濟可以依靠男友支持，經濟不成問題。

本法庭亦根據《刑事訴訟法典》第 468 條第 2 款的規定，聽取了被判刑人就是次假釋事宜發表的意見，被判刑人透過信件作出聲明（見卷宗第 37 頁至第 38 頁），其表示自知犯錯，並為其罪行而誠心懺悔，在服刑期間十分掛念在港的男友及兒子，懇請法官給予假釋的機會，讓其回港照顧年事已高的男友。

*

Por outro lado, opina-se o MP:

O despacho recorrido entendeu não dar por preenchido tal requisito pelos fundamentos em que se louvou, que, no essencial, giram à volta dos malefícios da droga e da acuidade do problema na sociedade actual.

É certo que a reclusa foi condenado por um crime de tráfico de droga, embora de menor gravidade, sendo de salientar que o foi com uma pena situada num patamar bastante baixo da moldura legal, o que, de alguma forma, pode espelhar um juízo a que subjaz algum esbatimento das necessidades de prevenção geral associadas ao caso. Pois bem, apesar de, em Macau, o tráfico de droga ser objecto de acentuada reprovação ético-jurídica da comunidade, não podemos sufragar entendimento que aponte para a exigência comunitária de expiação da totalidade das penas aplicadas por tráfico de droga, sobretudo estando em causa situações de tráfico de menor gravidade. Se assim fosse, seria evidente a desconformidade entre o sentir ético-jurídico da comunidade e o

quadro legal relativo à liberdade condicional, o que não podia deixar indiferente o legislador e o teria levado a adoptar as alterações exigidas em função desse suposto sentimento ético-jurídico prevalecente. Se a expiação da totalidade da pena fosse condição imprescindível para a compensação dos danos causados pelo crime, o instituto da liberdade condicional, tal como está positivado no ordenamento jurídico de Macau, revelar-se-ia espúrio. Não sendo automática a concessão da liberdade condicional, também é verdade que apenas no caso muito específico e apertado do artigo 16.º da Lei 6/97/M está excluída a possibilidade de concessão de liberdade condicional, o que permite afirmar, como regra, a permissão da concessão da liberdade condicional. Por outro lado, a liberdade condicional não acarreta a extinção da pena, sendo do interesse da própria comunidade que o retomo do condenado à sua vida em sociedade se processe em condições que permitam um acompanhamento mínimo que sempre ajudará à reintegração, como é apanágio da liberdade condicional.

Sopesando estes elementos, propendemos para a ausência de óbices ponderosos, também em matéria de prevenção geral, à libertação condicional da recorrente.

Aderimos as estas considerações.

*

Assim, cremos pois que se mostra verificado o pressuposto do art. 56º, n.º 1, al. a) do C.P.M., ou seja, viável se nos apresenta o necessário “juízo de prognose favorável” quanto à sua futura vida em liberdade.

Por sua vez, considerando ser esta a última oportunidade para poder beneficiar da pretendida liberdade condicional, afigura-se de considerar igualmente verificado o pressuposto da al. b) do mencionado art. 56º do C.P.M.

desde que se condicione a sua concessão à observância de “regras de conduta” nos termos do art. 50º e 51º do mesmo código.

Dest´arte, em face das expostas considerações, e verificados os pressupostos do artigo 56º, n.º 1 do C.P.M., há que revogar a decisão recorrida. Fica a arguida proibida de regressar a Macau no período da liberdade condicional.

Decisão :

4. Nos termos e fundamentos expostos, em conferência, **acordam julgar procedente o recurso, concedendo-se a pretendida liberdade condicional.**

*

Sem custas.

*

Passem-se os competentes mandados de soltura.

*

Oficie à P.S.P. com cópia do acórdão.

*

Registe e notifique.

*

Nada vindo de novo, e após trânsito, remetam-se os autos com as baixas e averbamentos necessários.

*

Macau, aos 23 de Agosto de 2018.

Fong Man Chong

Chao Im Peng

Rui Carlos dos Santos P. Ribeiro